**PROCESSO**: **n º** 2000-010290/2016

**INTERESSADO:** HOSPITAL GERAL DO ESTADO

**ASSUNTO:** REQUERIMENTO

**DETALHES:** SOL. MANUTENÇÃO CORRETIVA DE OSMOSE REVERSA PORTATIL

Trata-se do Processo Administrativo nº 010290/2016, em 01 (um) volume, com 59 (cinquenta e nove) fls., que versa sobre o pagamento da contratação de empresa para Manutenção Corretiva, no equipamento, adquirido pela Secretaria de Estado da Saúde – SESAU através da empresa J MARINHO DA SILVA - ELETRONICA (CNPJ 06998463-0001/70) para atendimento das necessidades apresentadas pela sede do órgão referido, o equipamento apresentou vazamento interno durante a desinfecção química, de acordo com a Solicitação de Manutenção de Equipamentos, anexo à fl. 11. A solicitação de pagamento está orçada em **R$ 4.540,00 (quatro mil, quinhentos e quarenta reais).**

Conforme aduzido nos autos, a contratação está consubstanciada no art. 24, da Lei nº 8666/93. Entretanto, a presente análise versa sobre a adoção dos procedimentos previstos na legislação de regência, em exercício da missão institucional deste órgão de controle.

Nesse sentido, em atendimento ao Despacho PGE-PLIC nº 1461/2017, aprovado pelo Despacho PGE-PLIC-CD nº 1568/2017 e à determinação emanada do Gabinete da Controladora Geral do Estado, passamos à análise técnica dos autos, a qual se restringiu à instrução do processo de despesa, **no que se refere ao cumprimento das fases da despesa pública, explicitado na Lei Federal nº 4.320/64, além da obediência aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.** Descreve-se a seguir o resultado do exame efetuado nos autos do processo:

**1 –** O ATESTO DO RECEBIMENTO NO VERSO DA NOTA FISCAL - O carimbo de Atesto que os serviços foram efetivamente prestados, encontra-se localizado no verso da folha 40; e foi atestado pelo Assessor Técnico em Equipamentos da Saúde e Patrimônios (fl. 43);

**2 – PARECER DA PGE** – Em seu Despacho PGE-PLIC nº 1461/2017 a Procuradoria Geral do Estado – PGE, salienta que

**Em momento algum do procedimento de contratação direta os autos foram remetidos para análise previa, ..., já tendo sido concluído o negócio jurídico, inclusive, sem a respectiva assinatura do gestor da pasta nos processos.**

**Não há como identificar, nos autos, se existe ou não ARP vigente para os referidos bens. Não há qualquer manifestação da AMGESP.**

**Não há nos autos, a demonstração de que a SESAU/AL tinha limite legal para o afastamento da licitação, sem a caracterização de fracionamento, em cotejo com todas as compras realizadas pelo órgão, naquele exercício financeiro, para bens da mesma natureza. Todavia, tratando-se de material hospitalar, de limpeza e gênero alimentícios podemos inferir que não é possível o abastecimento anual da SESAU por via de dispensa de licitação em razão do valor.**

**As apurações desses fatos devem ocorrer agora, em fase posterior ao procedimento de contratação, este sim de competência da Controladoria Geral do Estado - CGE.**

**Destarte, sigam os autos a Controladoria Geral do Estado, a quem compete a análise e apuração dos atos administrativos efetivamente realizados. (grifo nosso)**

De toda a explanação e detalhamento processual, contidos no presente parecer e considerando a urgência que circunstancia a contratação, alerte-se para a necessidade de informações, quais sejam:

**I - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO** – Em atendimento à determinação da PGE em sua análise às folhas 56, 56-V, 57 e 58 dos autos, a liquidação da despesa deve ser precedida da apuração da boa fé do particular contratado mediante instauração de processo administrativo, no âmbito da SESAU, em obediência ao art. 2º da Lei Estadual nº 6.161/2000 e da Seção III da Lei nº 8.666/1993.

**II - CONDUTA DOS AGENTES PÚBLICOS** – Ainda em atendimento à determinação da PGE, a conduta dos agentes públicos que, omissivamente ou comissivamente, tenha concorrido para a ocorrência da ilegalidade deve ser PREVIAMENTE investigada através de processo administrativo instaurado, nos termos das Leis nº 5.247/1991, nº 6.161/2000 e nº 8.666/1993, no âmbito da SESAU, onde se apurem e se imputem as respectivas responsabilidades**.**

**III - DO ORDENADOR DE DESPESAS -** Que seja juntado aos autos o Reconhecimento e a justificativa do não pagamento da Dívida pelo Gestor do Órgão como determina o Art. 48 do Decreto Estadual nº 51.828/17.

Encaminhem-se os autos ao gabinete da Controladora Geral, para conhecimento da análise apresentada e providências, sugerindo a devolução dos autos ao Órgão de origem, para a solução da pendências processuais apontadas nos itens I a III, ato contínuo que seja realizado o pagamento a empresa J MARINHO DA SILVA - ELETRONICA, (CNPJ 06998463-0001/70), no valor de **R$ 4.540,00 (quatro mil, quinhentos e quarenta reais).**

Maceió-AL, 14 de julho de 2017.

Sandra Lima Medeiros

**Assessor de Controle Interno - Matrícula nº 118-0**

De acordo:

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**